



## ENTREVISTA



Criado em 1998, o Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (PAVIVIS) é hoje referência no setor. Por meio do programa foram atendidas e encaminhadas mais de quatro mil crianças e mulheres vítimas desse tipo de violência. O programa é, também, responsável pelos encaminhamentos dos casos que atende às instâncias jurídicas, tornando-se única referência para o abortamento jurídico. Funcionando com poucos profissionais e num espaço emprestado no Centro de Ciências da Saúde, o PAVIVIS hoje busca novo fôlego para continuar com os relevantes atendimentos que presta à sociedade capixaba.

### COMO SURTIU O PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL (PAVIVIS)?

Durante meu trabalho dentro das enfermarias da Maternidade pude observar a chegada de adolescentes grávidas que compareciam até o HUCAM para o parto, sem acompanhamento do pré natal, em condições de abandono familiar e até abuso sexual. Assim, resolvi acompanhar o atendimento também do ambulatório de Ginecologia com a finalidade de tentar oferecer algum suporte nesses casos. A Dra. Clície Lima Turra, que fazia sua residência conosco, acompanhou alguns destes casos e, quando formada, foi para o DML como perita. Lá, encontrou um número expressivo de mulheres e adolescentes com queixas objetivas ou veladas sobre histórias de violência sexual. Sensibilizadas com o sofrimento destas mulheres e com a falta de um serviço adequado a tal demanda, surgiu a vontade de oferecermos um espaço de acolhimento e escuta para estas pessoas. Aos poucos, alguns profissionais, funcionários do Hucam e estudantes da UFES, foram se aproximando voluntariamente deste trabalho após o término dos seus atendimentos.

No início de 1998, com a crescente demanda por atendimento, profissionais de diversas áreas afins foram se agregando ao serviço. Assim em outubro de 1998, foi firmado um convênio de parceria científica entre a Polícia Civil, por meio do DML/Vitória, e a UFES, por meio do HUCAM, que possibilitou a criação do PAVIVIS (Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual). Por meio desse convênio, as vítimas de violência sexual atendidas pelo DML seriam todas encaminhadas até o PAVIVIS para receberem acompanhamento médico,

laboratorial, e psicossocial. Esse convênio não envolvia nenhum recurso financeiro para o Programa. Todo o Hucam foi treinado para a recepção prioritária destes casos, no que se refere às datas das consultas, dos exames e da distribuição de medicação de acordo com as Normas do Ministério da Saúde.

Em 2001 o Governo Federal, por meio do Ministério de Ação Social, iniciou o Programa Sentinela juntamente com as Prefeituras Municipais. O programa Sentinela tinha como objetivo o acompanhamento à vítimas de violência sexual a crianças e adolescentes, assim como a criação de um plano de ação para trabalhar a questão da exploração sexual infantil. A Prefeitura de Vitória, conhecendo nosso trabalho, entrou em contato, solicitando que assumíssemos este Programa. Isso nos permitiu contratar todos os profissionais que já tinham sido treinados e trabalhavam conosco há quatro anos.

Em 2002, o PAVIVIS se tornou projeto de Extensão da UFES, e também parceiro do Ministério Público Estadual, através do Centro de Apoio à Infância e a Juventude e do Centro de Apoio Criminal. Este convênio foi assinado pelo Procurador Estadual do Ministério Público e seus dirigentes; o Reitor da Universidade, e o Diretor do HUCAM, assim como o Chefe da Polícia Civil junto com a Diretora do DML/Vitória e foi publicado no Diário Oficial e da União, e foi renovado por cinco vezes.

Em 2008, porém, o atendimento do PAVIVIS foi suspenso em função do fim do convênio do Programa Sentinela da Prefeitura Municipal de Vitória. Em consequência disso, não

podemos mais contar com os profissionais cuja contratação só era possível por meio dos recursos financeiros que eram recebidos do Governo Federal e administrados pela prefeitura.

#### **COMO O PAVIVIS PODE CONTINUAR SEU TRABALHO COM O FIM DO CONVÊNIO COM O PROGRAMA SENTINELA?**

De outubro de 2008 até outubro de 2011, atuamos apenas com dois profissionais. Recebíamos todas as vítimas de violência sexual do estado, maiores de 18 anos que compareciam ao PAVIVIS com até 72 h após a violência. Fazíamos o atendimento psicossocial de emergência. Em meados de 2011, com a minha aposentadoria compulsória, procuramos or órgãos competentes para mostrarmos a impossibilidade de continuar com qualquer tipo de atendimento com um só profissional e comunicando que devido às atuais condições o Programa fecharia suas portas definitivamente. O próprio HUCAM se negou a continuar sendo referência de atendimento às vítimas de violência sexual sem o trabalho do PAVIVIS como uma “porta de entrada” e de acolhida para o atendimento psicossocial e o acompanhamento às vítimas, principalmente no Serviço de Interrupção à Gravidez.

Assim, várias encontros e reuniões foram marcadas com pessoas do meio político, legislativo e executivo, intermediadas pelo servidor da Ufes, Antonio Lopes. Em uma audiência pública realizada na sede da OAB em Vitória, as comissões de Saúde e Direitos Humanos da OAB e da Assembléia Legislativa assumiram o compromisso de não deixar o Programa fechar, e em outubro de 2011,

conseguimos contratar três profissionais por um ano. Isso nos deu fôlego e nos permitiu recomeçar o atendimento com crianças e adolescentes com a esperança de conseguirmos novos contratos para poder alcançar a qualidade e a amplitude que tínhamos anteriormente.

#### **COMO É FEITO O ATENDIMENTO DESSAS PESSOAS QUE SOFREM VIOLÊNCIA SEXUAL?**

Nestes quase quatorze anos de funcionamento foram acompanhados cerca de 4.000 casos. O Programa, que a princípio somente pretendia oferecer atendimento de saúde, foi gradativamente acumulando mais funções e ampliando sua atuação e objetivos. Uma equipe técnica multidisciplinar foi montada para o funcionamento do programa, que hoje conta com profissionais nas áreas de saúde, psicologia, assistência social e direito etc.

Nosso fluxo de atendimento foi criado aos poucos e hoje os pacientes recebem atendimento conforme o Protocolo do Ministério da Saúde no que se refere ao acompanhamento médico, medicamentoso e exames laboratoriais para rastreamento de doenças sexualmente transmissíveis. Também usufruem de atendimentos e acompanhamentos dos profissionais da equipe de saúde mental e o serviço social acompanha a situação familiar e faz os encaminhamentos devidos aos serviços da Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente e da Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência.

No nosso fluxo, a vítima com denúncia é encaminhada ao DML, que envia para o nosso serviço através de um “folheto”, que orienta esta a comparecer o mais rápido possível (até 72 horas) após a violência. A vítima sem denúncia se dirige diretamente ao PAVIVIS portando o encaminhamento recebido ou através da

demanda espontânea. O Serviço Social recebe a vítima e faz a entrevista de acolhimento. Quando a vítima for criança ou adolescente, acompanhada pelo seu responsável, será encaminhada de acordo com sua idade e suas necessidades para os profissionais da equipe. (ver box)

Nossa proposta é fazer com que a vítima, subjugada por acontecimentos fora de sua escolha, seja bem recebida, criando, assim, uma relação de confiança que lhe permita crescer e aumentar sua auto-estima abalada pela violência. Procuramos torná-la sujeito de seu tratamento evitando, assim, reforçar sua posição de submissão.

A partir dessa primeira entrevista e após o estudo do caso pela equipe, a vítima terá um atendimento específico com procedimentos médicos laboratoriais e acompanhamento terapêutico. A situação da vítima é notificada para os órgãos que compõem a Rede de Atendimento de defesa de direitos e garantias (DPCAs, Conselhos Tutelares, Ministério Público e Programas Sentinela). Desta maneira, todos os agentes são notificados do caso para que juntos possa ser enfrentada a situação da violência. O atendimento jurídico é fornecido através da orientação às famílias e o acompanhamento dos processos. Conforme solicitações das entidades de responsabilização (Delegacia do Adolescente em conflito com a lei, Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente, Ministério Público Estadual e Judiciário), elaboramos relatórios de atendimento a fim de instruir inquéritos policiais e processos judiciais. Quando solicitado pela justiça, fornecemos nosso Parecer Técnico.

A vítima permanece no Programa até receber a alta que permite o retorno equilibrado à sua vida sem situação de risco.

No que se refere às ações educativas e preventivas, o PAVIVIS realiza treinamentos, capacitações e palestras para profissionais das diversas áreas de atuação, grupos e associações e, principalmente, para profissionais das áreas de educação e de saúde.

#### **QUAIS SÃO AS METAS PARA O ANO DE 2012?**

A principal meta para 2012 será reiniciar o acompanhamento às vítimas crianças e adolescentes que foi suspensa durante dois anos, devido à demissão de profissionais com o fim do convênio com o Programa Sentinela em 2008.

Temos como outra meta muito importante reunir esforços com os Órgãos de Defesa e Proteção da Criança e do Adolescente, com as Comissões de Saúde e Direitos Humanos da OAB e da Assembleia Legislativa para retomar a criação da Vara Especializada Contra Crimes à Criança e ao Adolescente. Não podemos aceitar que os processos judiciais se prolonguem durante anos nas Varas Criminais e Especializadas sem solução, enquanto as vítimas prosseguem expostas a estes crimes e os autores das violências continuem em liberdade.

Outra meta é a colaboração no fortalecimento das Redes de Proteção Integral e de Atenção, que permanecem falhas devido à dificuldade da integração efetiva das diversas entidades, no fluxo de transferência e contra-referência e a competitividade entre elas.

#### **O QUE VOCÊ ACHA QUE PODE SER FEITO PARA COMBATER ESTE TIPO DE VIOLÊNCIA?**

A violência e a exploração sexual é um fenômeno complexo e multifatorial. O enfrentamento à violência, o acolhimento, a proteção e o atendimento a estas pessoas exige compreensão, conhecimento e comprometimento. Precisamos de ações mais urgentes, eficazes e articu-

ladas, juntamente com o compromisso ético-profissional dos atores sociais dos diversos segmentos envolvidos neste processo.

Não podemos esquecer que a denúncia é o primeiro passo para o combate a esta forma de violência, mas exige um processo posterior imediato que necessita e deve urgentemente ser revisto e modificado: o combate à burocracia e sua lentidão no sistema judiciário; o combate à impunidade; a criação, o fortalecimento e a continuidade dos serviços existentes, com condições de sustentabilidade nas políticas públicas de responsabilização, defesa de direitos, atendimento e prevenção; profissionais capacitados e comprometidos. Precisamos do planejamento de ações de curto, médio e longo prazo. Somente com o envolvimento e compromisso da sociedade e, principalmente, do interesse político e público, estaremos trilhando o verdadeiro caminho do enfrentamento.

A Rede de Proteção Integral deverá ser vista com um olhar diferenciado que tenha na vítima o principal foco de atenção e não apenas um número a ser codificado. Precisamos expandir o conhecimento do fluxo de referência e contra referência. É preciso que a Rede de Proteção Integral trabalhe em conjunto e em unidade com os mesmos princípios, mesmo atuando em órgãos diferentes, para que a se beneficie de toda ajuda e proteção que o Estado tem o dever de oferecer, a curto e longo prazo, e não se torne "propriedade" de um serviço único onde, lamentavelmente, existe, muitas vezes, passividade e competitividade política.